Introdução

A questão central a partir da qual se desenvolve a análise ampla e complexa objeto do presente estudo é a transformação dos processos de trabalho que acompanha as inovações tecnológicas das últimas décadas e sua força transformadora da sociedade e da economia política internacional. Primeiramente, buscamos os elementos que constituem o problema resumido a fim de organizá-los de acordo com os múltiplos mecanismos causais que os conectam. O que se pretende é estabelecer umnexo entre a dinâmica mutuamente transformadora do trabalho, a organização social e a tendência continuamente expansiva da economia política capitalista, agora em outro estágio de acumulação diferente do modo industrial anteriormente prevalecente. A característica desta nova feição do modo de acumulação capitalista é a flexibilidade permitida pela participação crescente do capital fixo contra a diminuição em proporções ainda maiores da participação do trabalho na distribuição de resultados da atividade produtiva, combinada com uma disputa entre, de um lado, um processo de materialização por meio da privatização do trabalho intelectual e, de outro, uma tendência à desmaterialização do resultado do trabalho em geral que acompanha as inovações tecnológicas recentes. Observa-se um cenário vivo e em transformação com a finalidade de revelar as inúmeras contradições presentes no quadro sintetizado acima e a função crítica dessa revelação à compreensão dominante a respeito da importância do controle, pelo capital e pela classe que reúne recursos de poder, das forças promotoras, das finalidades e da distribuição de resultados da revolução tecnológica, notadamente aquela que tem início na década de 1970 com as inovações nas tecnologias de informação e comunicação (TICs). Tais inovações transformam os processos de trabalho e produzem uma sociedade com novas características, cujo núcleo central é o conhecimento, e que tem uma capacidade infinita de armazenamento e difusão de conhecimento compactado em conteúdo digital, ou simplesmente em dados.

Dentro desse cenário delimita-se outro quadro de observação mais estreito desenhado pelo regime internacional da propriedade intelectual – no formato do acordo do TRIPs da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que regula, a

partir de um conceito ampliado de propriedade privada, um sistema monopolista de distribuição do produto do trabalho intelectual – entendido como espaço de confrontação e mediação de interesses e recursos de poder que estão sob impacto da transformação dos processos de trabalho diretamente relacionada às novas tecnologias das últimas décadas do século vinte influentes, ao mesmo tempo, na criação de uma sociedade com características próprias, chamada aqui de sociedade do conhecimento. Portanto, o regime é colocado como variável interveniente entre as transformações das forças produtivas e das relações de produção de um lado, e o desenvolvimento de uma nova sociedade e de novos recursos de poder que operam na economia política internacional de outro. Trata-se de um desenho que se baseia necessariamente nas seguintes premissas, ou afirmações: i) o regime internacional de proteção à propriedade intelectual – conjunto de princípios, normas e regras que visam garantir o controle exclusivista do acesso ao conhecimento, ou da distribuição de bens imateriais de alto valor – é um espaço de mediação em que se confrontam interesses e atuam recursos de poder significativos no atual cenário da economia política internacional; ii) as transformações dos processos de trabalho provocadas e que ao mesmo tempo provocam a revolução tecnológica produzem mudanças qualitativas substanciais na sociedade e têm efeitos sobre a estrutura de distribuição de poder no sistema internacional. Juntando essas duas idéias tem-se que os espaços de negociação no qual são usados os recursos de poder, assim como as vias institucionais das relações internacionais, são afetados pelas transformações das forças produtivas observadas a partir da revolução tecnológica das últimas décadas e que produzem a sociedade do conhecimento.

O raciocínio acima leva a se considerar como certa a hipótese de que os atores que detém o controle da produção e da distribuição das novas tecnologias que provocam mudanças tão significativas usam os recursos de poder estrutural alimentados pelo seu controle exclusivista para garantir suas próprias vantagens com a implementação e operação de um regime adequado à nova realidade social produzida pela transformação das forças produtivas. Mas essa garantia não se dá somente através do controle da agenda de propriedade intelectual e depende de esforço no sentido de criar o cenário propício para que uma determinada configuração da economia política – desenhada e promovida pela OMC com base em preceitos liberais – possa se expandir globalmente. Sem que este cenário se

realize, as vantagens que possam ser obtidas através do regime de proteção à propriedade intelectual não são completas. Em outras palavras, se for entendido como espaço de mediação no qual atuam recursos de poder que, por sua vez, estão sob impacto da transformação dos processos de trabalho, o regime se apresenta como instrumento para a implementação de um projeto de expansão da economia política liberal de mercado, mais especificamente da agenda neoliberal que se desenha também a partir do início da década de 1980, mais do que como instrumento para a promoção à criação intelectual em busca do progresso e desenvolvimento, conforme parecia ser o desejo dos países demonstrado pelo preâmbulo das convenções internacionais que o inauguram no final do século dezenove.

O nexa entre a dinâmica transformadora das forças produtivas sob impacto da inovação tecnológica e a expansão global do capitalismo não é obrigatoriamente de causa e efeito, portanto, é desnecessário determinar o que seja uma coisa ou outra. O que se quer explicar é a força mutuamente constitutiva da produção social redesenhada pela revolução tecnológica e o processo de expansão da economia política liberal de mercado¹. O avanço tecnológico alcançado pelo esforço intelectual determina uma transformação na dinâmica da relação entre a atividade humana e os meios de produção. Essa nova dinâmica pode ser disciplinada para que seja usada como um instrumento de reprodução de uma estrutura específica da economia política internacional, mas, ao mesmo tempo, constitui a força promotora de uma sociedade transformada qualitativamente. O processo de disciplinamento da nova dinâmica se dá no foro de negociações do regime de livre comércio, enquanto que a transformação social qualitativa de que trata o problema em discussão cria um cenário mais amplo e muitas vezes incompatível com os foros multilaterais de negociação que integram o sistema internacional.

Dessa forma, o regime da propriedade intelectual se inclui entre os elementos que integram o problema acima resumido, atuando como mecanismo

¹ Vale esclarecer que os termos “expansão global do capitalismo”, “economia política liberal de mercado” não são usados intercambiavelmente, isto é, não são usados como sinônimos. A economia política liberal de mercado pressupõe o modo de acumulação capitalista combinado com o Estado liberal, economia de mercado e uma ordem internacional liberal, enquanto o capitalismo é um termo genérico que pode apresentar características, modos de produção e métodos de expansão variados como nos mostra a sua própria história.

causal no plano institucional do sistema internacional especificamente no que diz respeito ao trabalho intelectual e o controle exclusivo do seu produto como instrumento de promoção da constante inovação e progresso dos meios e das forças produtivas. Mais recentemente, em razão da transformação da atividade humana no processo de trabalho provocada pelas inovações tecnológicas, podemos dizer que o regime, por regular o trabalho intelectual, atua diretamente sobre o comércio internacional como ferramenta de expansão do livre mercado. De acordo com essa visão instrumental a revolução tecnológica que promove a transformação das forças produtivas decorre do movimento constante e irreversível do progresso que é resultado direto da eficácia do regime, ou, ao contrário, o regime de proteção à propriedade intelectual é tratado como condição sem a qual a revolução tecnológica não teria sido detonada e não poderia manter-se constante e sob a direção dos interesses daqueles que a promoveram, obtiveram as maiores vantagens e pretendem manter a estrutura de distribuição de vantagens conforme tem sido desde a criação do novo regime junto com a criação da OMC.

No entanto, os resultados da transformação dos processos de trabalho provocam impactos que vão muito além da abrangência dos princípios, normas e regras do regime, levantam questões que desafiam sua eficácia e se apresentam como crítica à estrutura de distribuição de poder por ele alimentada. A transformação dos processos de trabalho enquanto força promotora das mudanças qualitativas da sociedade determina uma nova ontologia social criando um ambiente em que os recursos de poder se manifestam de forma diferente do que nos foros de negociação multilaterais, ou mesmo são neutralizados pelas novas subjetividades que o habitam. São esses os efeitos a serem sistematizados a partir da resposta à pergunta que será formulada para orientar o desenvolvimento dessa tese. A pergunta será formulada de modo a conduzir à explicação de como a transformação em discussão cria situações em que as normas e regras do regime se tornam inócuas, ou ineficazes relativamente à manutenção, em mãos daqueles que reúnem recursos de poder, das vantagens que seriam produzidas pela observância dessas normas e regras. Em suma, os recursos de poder alimentados pelo regime não atuam em certas situações que decorrem da transformação dos processos de trabalho em questão; as mudanças da atividade humana e dos processos produtivos podem resultar na neutralização desses recursos de poder. A

sociedade do conhecimento não pode ser reduzida às instituições existentes e que integram o sistema internacional, desenhadas para servir a determinados propósitos, especialmente de reproduzir indefinidamente uma determinada estrutura da economia política internacional. Essa é a chave para uma visão crítica que aponta alternativas à compreensão hegemônica dos princípios, normas e regras do regime como instrumento fundamental de estímulo ao desenvolvimento e ao progresso da tecnologia sem o qual não se pode viver na sociedade do conhecimento, ou se vive na posição de excluído, impedido de participar das vantagens produzidas por esses avanços.

A pergunta que servirá como guia para a organização da tese, e que determina os pressupostos e as variáveis que se inserem no quadro delimitado acima, assim se resume: Como os processos de trabalho transformados pelas novas tecnologias – especialmente desde o fim da década de 1970 e a explosão da tecnologia digital – participam na produção da sociedade do conhecimento e qual o impacto dessas transformações sobre o regime internacional de Propriedade Intelectual e para a Economia Política Internacional?

A discussão que povoa o cenário apresentado no primeiro parágrafo e que sugere a pergunta acima pretende explicar como a transformação do trabalho, somada à intensa aceleração do tempo e à compressão do espaço – entendidos como processos provocados pelas inovações nas tecnologias de informação e comunicação, especialmente o aperfeiçoamento e a intensificação do uso da tecnologia digital – tornam eminentemente imaterial parte importante da produção social, e, assim, incomensurável e não integralmente apropriável de acordo com os métodos tradicionais, constituindo-se como força crítica ao regime internacional de proteção à propriedade intelectual e, pela mesma razão, à noção dominante da expansão global inevitável de uma determinada configuração da economia política capitalista. Olhada por outro ângulo, a questão em debate usa a análise da operação do regime internacional de proteção à propriedade intelectual para observar um quadro institucional que tem como propósito dar um determinado formato à economia política internacional em um ambiente de transformação social radical, aqui sintetizada na idéia de sociedade do conhecimento, na qual está inserido um novo estágio da acumulação capitalista – para alguns autores, o capitalismo cognitivo, expressão que parece adequada para sintetizar os processos de mudanças a serem analisados.

A resposta a ser construída visa demonstrar que os processos de trabalho vêm passando por uma transformação na sua natureza, suas finalidades e organização cujo resultado é a intensificação do valor do trabalho imaterial – entendido como um conceito complexo, que enseja uma multiplicidade de perguntas e contradições a serem compreendidas e aponta perspectivas diversas de análise – e a promoção de uma nova ontologia social determinada não só pelas transformações ocorridas no caráter da atividade humana aplicada ao processo de trabalho e, conseqüentemente, no processo de produção e acumulação de riqueza, como também por aquelas ocorridas no campo da política em razão deste novo cenário no qual o trabalho e seu poder transformador estão presentes em todos os aspectos da vida de cada um individualmente e da sociedade coletivamente. São colocadas em debate as propriedades gerais da sociedade do conhecimento entre elas a forma de acumulação capitalista flexível e o cenário onde vive: um hiperespaço povoado por novas subjetividades e sistemas de significados e repleto de contradições geradas pela dinâmica transformada do processo de trabalho que, por sua vez, cria novas vias e formas de exercício da política. As transformações no campo do trabalho relacionadas ao tema dizem respeito não simplesmente à atividade humana mediada por tecnologias de produção profundamente sofisticadas, mas principalmente à força mutuamente transformadora desses dois fatores, a atividade humana e o estado da arte e da técnica condensado no saber geral acumulado, que estabelece uma nova dinâmica do processo de trabalho, passando o trabalho a permear todos os aspectos da atividade social.

O estudo da nova dinâmica do processo de trabalho e dos efeitos da inter-relação da atividade humana produtiva com o estado da arte e da técnica e com a natureza, ou com a própria vida que o homem acredita ter dominado por completo, busca seus fundamentos na teoria do valor, e assim, coloca-se em discussão a maneira como a transformação que produz a nova dinâmica em questão afeta o conceito que orienta os diversos modelos analíticos da Economia Política como campo de estudo autônomo; como atua sobre a teoria que vem servindo de fundamento da divisão do trabalho e para a compreensão da história do pensamento econômico desde o Renascimento, ou desde a formação do espaço identificado como sistema internacional. A análise da natureza da transformação em curso com base na teoria do valor demonstra que um dos seus efeitos é tornar a teoria insuficiente para explicá-la. Além disso, os desafios que as

transformações em questão apontam para a teoria do valor, seja para o seu poder analítico explicativo ou normativo, levam a pensar sobre quais serão as ferramentas adequadas para a compreensão da conexão entre de um lado os processos de trabalho, ou a atividade produtiva transformada ao ponto de mudar as propriedades gerais da sociedade, e de outro a estrutura de produção e distribuição de recursos no sistema internacional, mais especificamente na economia política das relações internacionais considerada como a síntese dos jogos de poder, de comércio e de trocas de todas as naturezas que se desdobram entre os vários atores do sistema internacional.

Voltando à pergunta acima apresentada como guia e a explicação dos objetivos nos parágrafos seguintes, chamamos a atenção para opção por privilegiar o sentido crítico intrínseco ao quadro desenhado. O questionamento sobre a capacidade, tanto explicativa como normativa, da teoria central da Economia Política como campo de estudo autônomo e que adota o trabalho como principal força produtora de riqueza, revela os aspectos críticos da transformação em curso. Com essa mesma intenção provoca-se o questionamento a respeito da eficácia e abrangência dos princípios normas e regras do regime de proteção aos bens intelectuais e da sua capacidade de disciplinar e criar valor, através do controle monopolista do acesso, para a produção intelectual da qual faz parte a criação de todo tipo de inovações, de soluções de problemas e de ferramentas e instrumentos de modernização e progresso. As conclusões a respeito da transformação dos processos de trabalho, analisada à luz da teoria do valor e dos efeitos dessa transformação sobre a distribuição de poder no sistema internacional, são verificáveis nos processos de negociação que estão em curso desde a institucionalização, em 1994, do novo regime da propriedade intelectual². O novo regime foi desenvolvido com base na ideologia vendida pelos países detentores de recursos de poder estrutural na área específica, de que o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento e sua produção depende de regras de proteção rigorosas, que, por sua vez, dependem de uma estrutura jurídica

² Diz-se novo porque se caracteriza pela mudança dos princípios que fundamentaram a criação do regime internacional da propriedade intelectual, no final do século dezanove, através das Convenções de Paris (1883) e Berna (1886), que a partir da criação da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual), em 1967, passaram a ser administrados por este organismo governamental multilateral que integra o sistema ONU desde 1974 na forma de agência especializada.

institucional capaz de garantir a eficácia dos comandos contidos nessas regras que atuam sobre a distribuição restringindo o acesso e sem as quais o bem que a todos interessa não será produzido. A teoria da Economia Política Internacional, ou a teoria do valor como ferramenta analítica fundamental desse campo de estudo demonstra que essa é uma ideologia a serviço de determinados propósitos e dependente de recursos de poder estrutural para ser colocada em prática.

Por outro lado, ao tratar o regime internacional como espaço de negociação e atuação de recursos de poder revela-se as contradições da sociedade do conhecimento, um conceito ou espaço analítico que extrapola o sistema internacional, mas que é povoado por ele; que tem o trabalho imaterial, ou uma nova dinâmica do processo produtivo como elemento ontológico. Assim, o que se conclui é que o regime cuja adoção foi motivada pela idéia de que seus princípios, normas e regras serviriam de guia básico para uma agenda digital, para a ocupação de um hiperespaço povoado por novas subjetividades e repleto de contradições, parece não ser suficiente para disciplinar a produção, determinar valor e regular o controle do resultado da atividade humana produtiva profundamente transformada. Em suma, o regime que deveria servir como instrumento de expansão global da economia capitalista liberal de mercado, para vantagem de uns poucos à custa de muitos, não dá conta de disciplinar e regular por completo o trabalho imaterial. Soma-se a esta dificuldade o fato de que a distribuição dos resultados da produção social da sociedade do conhecimento, especialmente aqueles que sofrem a interferência do regime de proteção à propriedade intelectual, não se dá de forma equilibrada evidenciando a atuação de recursos de poder cuja fonte é o controle da produção e do acesso ao conhecimento, e, conseqüentemente, revelando os conflitos que, por si só, poderão conduzir a crítica e apresentar alternativas. Dessa forma, tanto os aspectos das transformações em discussão cujos resultados não são determinados por recursos de poder, como aqueles aspectos reveladores de um grande desequilíbrio na distribuição de vantagens produzidas pela observância do regime, esta sim garantida por recursos de poder exercidos pelos Estados nos diversos foros de negociação, conduzem a uma visão crítica capaz de sugerir novas interpretações ao quadro que aqui se vem tentando sintetizar, diferente da visão dominante de que não há alternativa a um sistema de controle monopolista sobre a distribuição do conhecimento sob pena de sua produção deixar de ser constante e

de faltarem ferramentas de promoção da expansão global do capitalismo cognitivo.

A questão acima apresentada adota pressupostos que em si mesmos são temas relevantes de discussão e adiante serão comentados. Por outro lado, implica também, apesar dos comentários já feitos sobre o assunto, na necessidade de explicar melhor a razão pela qual o regime internacional de propriedade intelectual se insere no quadro de análise e é objeto de um capítulo em separado. Primeiramente pergunta-se qual a relação que existe entre os aspectos teóricos suscitados e determinantes para a realização dos objetivos sugeridos – que buscam entender a natureza da transformação dos processos de trabalho á luz da teoria do valor, e seus efeitos como força promotora de uma transformação qualitativa na sociedade e de mudanças na estrutura da economia política internacional – e o regime internacional da propriedade intelectual. Qual seria a justificativa para incluir o regime internacional na equação aqui em construção com a finalidade de delimitar o problema, definir seus elementos e organizar as inúmeras combinações das relações entre os temas sugeridos pela pergunta inicialmente formulada: revolução tecnológica, transformação do trabalho, teoria do valor, sociedade do conhecimento e economia política internacional?

Estamos diante de uma discussão teórica que gira em torno da complexa interação entre termos que são definidos como categorias gerais de análise, tais como, processos de trabalho, modo de produção (estrutura, finalidades e organização da atividade produtiva e das relações de produção), conceito de valor, estrutura da economia política internacional, transformações sociais qualitativas. Sendo assim, se torna necessário explicar por que importa saber como as transformações discutidas, detonadas pelo tremendo avanço tecnológico das últimas décadas do século vinte, fazem diferença para o regime internacional da propriedade intelectual, e para o quadro institucional relacionado com o comércio internacional, e qual a contribuição que a resposta a esta pergunta traz para o estudo da economia política das relações internacionais. Esta é uma questão que enseja outra pergunta a respeito da importância dos regimes para o sistema internacional, ou mais especificamente, qual o impacto dos processos institucionais do sistema internacional para o estudo da Economia Política Internacional que justifique a preocupação e desenvolvimento de um debate específico a respeito dos efeitos das transformações discutidas – que afetam as

categorias gerais integrantes das estruturas analíticas desse campo de estudo, independentemente da perspectiva teórica adotada – sobre o regime. Embora o objetivo desse trabalho não seja responder a esse tipo de pergunta, não existe razão para deixar de mencioná-las ainda que seja para lembrar sua existência no fundo, povoando o cenário criado para delimitar os elementos relevantes para a resposta à pergunta inicial e dentro do qual serão focalizadas as relações e conexões entre esses elementos e personagens que são agentes e atores das transformações em estudo. Apontar o que não está em foco tem a finalidade de colocar luz naquilo que está, facilitando, assim, o olhar tanto de quem analisa como de quem pretende acompanhar o raciocínio em elaboração.

São várias as respostas possíveis para a pergunta acima. Antes de tudo porque a propriedade como conceito, ou o regime de proteção ao direito de propriedade como elemento essencial do capitalismo é uma discussão da qual não se pode escapar ao tratar dos temas organizados para cada um dos capítulos conforme o sumário acima. Além disso, por ser a propriedade privada – entendida como direito absoluto do titular de impedir o acesso ao bem objeto do direito – elemento estrutural do regime de propriedade intelectual, suas normas e regras são instrumentais na superação das crises cíclicas do capitalismo e sua necessidade constante de produção de mercadoria, de demanda de consumo e de expansão de mercado para garantir a produção contínua de lucro. Dessa forma, entende-se que embora seja fácil esvaziar o argumento alegando serem normas sem a qual a oferta de produtos – especialmente os bens imateriais que apresentam, por um lado, alto custo de criação, e de outro, custo baixo ou inexistente de reprodução e circulação – poderá não crescer na proporção ideal, vale a alegação de que são normas de impacto direto sobre a estrutura interna do modo de produção, isto é, atuam sobre as diversas combinações entre capital, trabalho e propriedade determinantes do modo de produção característico de cada tempo e lugar. Em outras palavras, não se pode demonstrar um nexos direto de causa e efeito entre a proteção à propriedade intelectual e os processos de trabalho. Trata-se de uma interação mais complexa, constatação que não obsta a percepção de uma correlação direta entre as normas em questão e a estrutura interna do modo de produção específico em análise, na medida em que se fundamentam em um conceito de propriedade ampliado com o apoio de recursos de poder daqueles que obtém as maiores vantagens com tal movimento.

Se isso é verdade, decorre daí que se pode afirmar, em primeiro, que o desenho das normas depende da atuação de recursos de poder estrutural e em seguida, que o impacto produzido pela transformação dos processos produtivos não se restringe ao regime, mas atua em um cenário mais amplo de expansão global da economia política capitalista liberal de mercado. Os recursos de poder são investidos em prol da criação e manutenção de um conjunto de regras instrumentais baseadas em direito de propriedade, ele mesmo um recurso de poder, que se justifica como condição sem a qual o avanço tecnológico não se realiza, ou não se mantém constante e em favor de uma determinada visão de como deve funcionar a estrutura de distribuição das vantagens produzidas pelo avanço tecnológico constante e de controle da agenda para a sua continuidade. E assim, tudo indica que as contradições provocadas pelas transformações determinantes de uma nova sociedade e que têm impacto sobre o regime dizem respeito à expansão global de uma configuração específica do capitalismo que vem se verificando especialmente a partir da década de 1990 com a criação da OMC e a concretização dos efeitos dos avanços tecnológicos que permitem o fluxo global, em tempo real, de dados, informações, conhecimento, idéias, valores e direitos. De acordo com o raciocínio até aqui apresentado e considerando o argumento acima que alega que o direito de propriedade é elemento estrutural do regime, conclui-se que o regime internacional de proteção à propriedade intelectual tem um papel instrumental no movimento expansivo da economia política capitalista liberal de mercado, ou da agenda neoliberal resumida em comodificação, privatização e desmaterialização, o que por si só justifica a análise do impacto de certas transformações sobre o regime. Em outras palavras, o regime participa do quadro inicialmente delimitado como variável interveniente entre de um lado mecanismos causais representados pela transformação dos processos de trabalho (especificamente aquelas determinadas pela explosão da tecnologia digital nas duas últimas décadas) e de outro lado a economia política internacional, ou mais especificamente a distribuição de recursos gerados pela produção social profundamente transformada.

Em resumo os pontos levantados pela definição do cenário, ou dos espaços analíticos, dos objetivos e pelos elementos identificados como pressupostos da discussão até aqui apresentada, levam a questionar o que justificaria a preocupação com o impacto das transformações abordadas sobre o regime, e, ao

mesmo tempo, a reconhecer que ao inserir este tema na discussão percebe-se que ele não está limitado ao aspecto institucional positivado em acordos, mas levanta questionamentos que dizem respeito à Economia Política Internacional, ao desenvolvimento de um novo modo de acumulação capitalista e da sociedade do conhecimento. Além disso, revela os aspectos da transformação em discussão que neutralizam os recursos de poder investidos na determinação dos princípios e normas do regime e colocam em cheque a eficácia das normas criadas mediante o uso desses recursos na medida em que não dão conta de submeter por completo o resultado da produção social ao controle do direito de propriedade. Dessa forma, as questões suscitadas devem ser consideradas todas elas no esforço de se desenhar um quadro dentro do qual possam ser identificadas e reunidas evidências e analisadas as contingências específicas a fim de formular explicações para as transformações em curso, tanto aquelas que produzem como as que resultam dos avanços alcançados pelo esforço intelectual coletivo em busca do controle do tempo e do espaço e da infinita expansão capitalista, ou da globalização da economia política liberal de mercado, com o apoio das regras de direito de propriedade institucionalizadas em regimes que intervêm na estrutura da economia política internacional.

As questões acima suscitadas abrem as portas para a análise de múltiplos aspectos que precisam ser trabalhados separadamente com a finalidade de definir termos, conceitos, perspectivas teóricas e ferramentas de análise, e, ainda, de aprofundar o debate sobre cada um desses temas que produza conclusões relevantes para a questão inicial, e, conseqüentemente para a tese no sentido de avançar na compreensão e na crítica à propriedade intelectual como ferramenta de disciplinamento e controle do trabalho intelectual e como recurso de poder no processo de expansão global da economia política capitalista liberal de mercado, bem como à noção hegemônica desse processo continuamente expansivo como inevitável e definitivo. O problema até aqui apresentado e a maneira como vem sendo discutido tem a intenção de trabalhar os inúmeros aspectos nele incluídos de forma a contribuir para o conhecimento a respeito da produção de riqueza e da distribuição de vantagens decorrentes da riqueza produzida, em ambiente de trabalho imaterial que caracteriza a sociedade do conhecimento. O trabalho imaterial produz bens economicamente apreciáveis como tecnologias de todos os tipos, para solucionar todos os problemas e garantir o controle da vida pelos

homens, assim como subjetividades, sistemas de significados, novas formas de identidade de grupo, e redes de comunicação e conexão de indivíduos. A análise aqui proposta pretende, portanto, mostrar o papel crítico que o trabalho imaterial desempenha na Economia Política Internacional, tanto do ponto de vista teórico como na adoção de políticas visando produzir certos efeitos.

O primeiro aspecto a ser levado em consideração é que a questão formulada como guia afirma que os processos de trabalho vêm sofrendo uma transformação na sua natureza e nas suas finalidades. Melhor dizendo, esta é uma afirmação que está contida na pergunta, o que significa dizer que não há que se discutir se a transformação existe, mas sim qual a natureza dessa transformação, seus aspectos qualitativos e seus efeitos. Interessam os efeitos sobre as mudanças qualitativas na sociedade e sua relação com a economia política internacional. Assim, torna-se necessário analisar a transformação em questão à luz da teoria do valor e do pensamento econômico que toma o trabalho como fonte, ou medida de referência, ou justificativa de valor. Neste sentido percebe-se um processo que tem como efeito o aumento tanto do número de pessoas que desenvolvem trabalho eminentemente intelectual, como do tempo que as pessoas gastam com atividades intelectuais e do valor que se dá ao resultado dessas atividades, demonstrando, assim, que existe uma nova divisão do trabalho na qual o valor de uso e de troca do trabalho imaterial – entendido como trabalho que não se realiza integralmente e necessariamente em espaço e tempo determinados e controlados pelo capital, nem tem suas finalidades definidas exclusivamente pelo poder estrutural do capital – se torna cada vez mais significativo na produção de riqueza e na reprodução das forças sociais, bem como na produção das novas subjetividades que desenham e povoam a sociedade do conhecimento. Além disso, observa-se que um dos aspectos do trabalho imaterial, de acordo com o conceito complexo em jogo neste estudo, não poderá ser discutido em termos de valor economicamente mensurável porque produz outra natureza de riqueza social que não se mede com base nos critérios e métodos econômicos tradicionais, independentemente da perspectiva de análise econômica que se adote.

Daí decorre uma segunda questão que tem suas próprias conseqüências metodológicas: a natureza da transformação que é pressuposta na questão, e que diz respeito às forças sociais materiais – suas condições de produção de riqueza e dos elementos necessários à sua própria reprodução – é analisada a partir das

teorias que pretendem dar conta de explicar a produção de valor e acumulação de riqueza, independentemente do contexto específico. Apresenta-se assim outro aspecto a ser incorporado à discussão que diz respeito às dificuldades a serem enfrentadas ao se confrontar a transformação dos processos de trabalho, definitivamente ligada às transformações sociais detonadas pelo radical avanço tecnológico das últimas décadas do século vinte, com uma teoria, ou um conceito que, por sua vez, tem sua própria história como processo de elaboração de idéias, tem vida própria na sua função normativa e como força promotora da história que se conta a partir dele mesmo. A história do conceito de valor especificamente e sua aplicação na forma de uma teoria que tem o trabalho humano como sua principal fonte, ou referência, ou justificativa, e a relevância da análise da relação entre a transformação dos processos de trabalho como força promotora de transformações sociais mais amplas e uma teoria que se baseia num determinado conceito que se modifica ao longo do tempo, se apresentam como um tema que precisa ser aprofundado separadamente.

Em outras palavras, a questão em discussão decorre de uma afirmação inserida na pergunta de partida que pressupõe uma transformação social e pretende analisar sua natureza e seus efeitos, e, assim, coloca a compreensão da natureza da transformação discutida na dependência da teoria, ao mesmo tempo em que entende a transformação como força ou fonte de impacto/transformação da teoria. Compreende-se a natureza da transformação a partir de categorias gerais de análise, que podem ser aplicadas na análise do trabalho independentemente do estágio produtivo específico, ou da fase de desenvolvimento do capitalismo, e conclui-se que a transformação analisada – esta sim delimitada e localizada temporalmente e verificável empiricamente – produz efeitos sobre a teoria usada para compreender a produção de riqueza ou para prescrever normas instrumentais na realização de propósitos. Essa ordem de interpretação da questão abre espaço para se perguntar: até que ponto a prática determina a teoria, ou qual a utilidade da teoria que simplesmente explica uma prática específica como se fosse universal, ou até que ponto a teoria que simplesmente explica uma prática pode ser livre de valor ou de propósitos cuja determinação é marcada pela atuação de recursos de poder? Deixando essas perguntas guardadas, pelo menos por enquanto, o que importa considerar agora é que a transformação dos processos de trabalho em questão é de tal sorte que tornam insuficientes as teorias desenvolvidas desde o

Renascimento para explicar a produção social de riqueza, ou para regular as políticas de incremento à acumulação de riqueza, todas elas baseadas na divisão do trabalho e no trabalho como fonte de valor, ou como referência de medida de troca, ou como justificativa do direito de propriedade sobre a terra e sobre o resultado da produção – seja da manufatura ou da agricultura – destinada ao comércio. As teorias que explicam, ou que prescrevem políticas para a acumulação de riqueza, adotadas, ou pregadas e glorificadas por toda a modernidade, não podem dar conta das novas relações de produção, profundamente alteradas em razão da radical transformação do processo de trabalho determinada pelas inovações revolucionárias, especialmente na área de tecnologia de informação e comunicação. Dessa forma, conclui-se que a transformação dos processos de trabalho ocorrida nas últimas décadas, demonstrada a partir das categorias gerais de análise qualitativa do trabalho enseja o desenvolvimento de teoria nova. As teorias usadas para explicar o valor do trabalho na produção social se mostram insuficientes, ou melhor, o sistema conceitual que sustenta a teoria e a estrutura analítica dela decorrente se mostra insuficiente quando se trata do valor produzido pelo trabalho imaterial na sociedade do conhecimento.

O estudo da economia política já demonstrou que no modo de produção capitalista o consumo que objetiva a força de trabalho abstrato adquirido antecipadamente é consumo produtivo porque coincide com a produção de valor de uso e de valor excedente que gera lucro. É o momento em que o capitalista comanda, o trabalhador efetivamente executa, e assim a mercadoria força de trabalho, ao mesmo tempo em que é consumida, produz valor fixado no objeto que resulta do seu consumo e que entrará em circulação com finalidade de consumo por outra pessoa cuja força de trabalho foi consumida em outro processo de trabalho. No entanto, na sociedade do conhecimento – ela mesma um efeito das novas tecnologias que a promove e ao mesmo tempo a caracteriza – em virtude da enorme compressão do tempo e do espaço e sua conseqüente banalização, o trabalho é o produto final que será consumido individualmente, consumo que retira o produto do movimento social e o transforma em um objeto direto e a serviço da necessidade individual que se satisfaz pelo consumo não produtivo de um valor de uso. Tudo isso sem que a força de trabalho tenha sido consumida e se fixado em um produto, sem que deixe de ser força de trabalho dinâmica e viva.

Quando se trata de trabalho imaterial o valor é produzido ao mesmo tempo em que é consumido, mas não na forma tradicional em que se multiplicam e se sucedem os processos de trabalho, um criando valores de uso que se transformam em valores de troca para participarem de outro processo de trabalho, que, por sua vez, reunirá novamente os diversos elementos da produção para criar valor, e assim infinitamente no tempo e no espaço. As transformações aqui tratadas determinam a falta de tempo para que – em contraposição à criação de um hiperespaço onde – o processo de trabalho se desenvolva dentro da lógica da apropriação do seu resultado. Os processos de trabalho profundamente transformados determinam uma nova estrutura interna da produção cujas características essenciais não se encaixam nas categorias gerais usadas para sistematizar a análise econômica ou para orientar a formulação de um sistema de economia política – entendido no sentido normativo, como “conjunto de políticas econômicas que têm por fundamento determinados princípios unificadores” (Schumpeter, 1954).

Um terceiro ponto a ser considerado decorre também da afirmação contida na pergunta inicial de que existe uma transformação nos processos de trabalho e da análise da natureza dessa transformação, de seus efeitos para as mudanças qualitativas da sociedade e de sua influência sobre a economia política internacional. Está implícita neste raciocínio uma discussão a respeito de distribuição de poder no sistema internacional e da relação das instituições que integram o sistema internacional com uma sociedade qualitativamente transformada, e, ainda, a compreensão dos processos de trabalho como força promotora tanto de impacto sobre a estrutura de distribuição de poder como de transformação qualitativa na sociedade. O problema decorrente da afirmação acima que se apresenta relevante é a relação entre conjuntos, ou cenários diversos, o sistema internacional e a sociedade do conhecimento. As transformações em tela são constitutivas da sociedade do conhecimento ao mesmo tempo em que produzem impactos na distribuição de poder no sistema internacional. Em outras palavras as transformações do trabalho podem ser entendidas como processos que dizem respeito à humanidade como um todo (ou – usando o termo de Friedrich List – dizem respeito à economia cosmopolítica), que têm relação direta com o desenvolvimento tecnológico acelerado e radical das últimas décadas do século vinte, enquanto a distribuição de poder no sistema internacional é entendida sob

uma perspectiva de economia política internacional, ou do que List chama simplesmente de economia política, e que pressupõe o Estado como força de influência sobre a produção de riqueza, e conseqüentemente sobre os processos de trabalho e relações de produção, e também como determinante, ou diretamente envolvido, na distribuição de poder no sistema internacional (List 1841).

A discussão a respeito de distribuição de poder no sistema internacional tem como objeto uma dinâmica que depende da atuação do Estado, ou sobre a qual o Estado tem forte influência, cujas condições de exercício dependem do sistema de economia política adotado (no sentido “schumpeteriano” comentado). A dinâmica em questão inclui tanto o poder relacional – poder compulsório ou poder de coerção exercido através do uso da força, ou dos regimes internacionais (especialmente aqueles que interferem diretamente na distribuição de resultados determinada pela estrutura do conhecimento³), ou da alegação das normas e regras positivadas pelo Direito Internacional – como o poder estrutural de atuar sobre a capacidade e os interesses dos atores, sobre a operação do sistema, de determinar as regras do jogo das trocas, do comércio/mercado internacional, ou global. Resumindo, o fato de se colocar a transformação dos processos de trabalho como força constitutiva de uma nova sociedade e, ao mesmo tempo, fonte de impacto sobre a distribuição de poder no sistema coloca luz sobre o que para List é a principal falha da escola clássica: confundir a economia cosmopolítica, que diz respeito à produção de valor e riqueza da humanidade, com a economia política que diz respeito às melhorias do sistema da produção de riqueza como política econômica promovida pelo Estado a fim de obter as condições necessárias de desenvolvimento industrial para que uma nação possa expandir seus domínios e, finalmente, adotar o livre comércio com as outras nações desenvolvidas (List, 1841, Livro II)⁴, ou a fim de obter vantagens relativas na distribuição de poder dentre os diversos Estados nacionais que formam o sistema.

³ O termo “estrutura do conhecimento” é usado aqui com o significado desenhado por Susan Strange em *States and Markets* (1988) para explicar a estrutura multifacetada que funciona de eixo de balanceamento da relação autoridade-mercado, entendida como a síntese da economia política.

⁴ A obra mais importante de Friedrich List e que é um marco fundador da Escola Histórica Germânica do pensamento econômico é *The National System of Political Economy*, publicado em 1841. A versão utilizada está publicada em <http://cepa.newschool.edu/het/profiles/list.htm> e a única informação relevante apresentada é que a tradução é de Sampson S. Lloyd, 1885.

Por outro lado, coloca luz também sobre a necessidade de discutir novas naturezas de poder, suas fontes e formas de produção de recursos, características da sociedade do conhecimento. Além disso, se estamos analisando aqui uma questão decorrente da própria maneira como foi formulada a pergunta inicial que colocou obrigatoriamente em comparação, ou em relação de causalidade um com o outro, a sociedade do conhecimento com o sistema internacional, deve-se reunir todos os aspectos da questão acima discutidos e refinar ainda mais a investigação até colocar em comparação, ou buscar algum nexos entre as várias naturezas de poder, determinar quais as suas fontes, como se manifestam e se relacionam quando colocadas frente a frente e quando inseridas nos dois espaços analíticos – a sociedade do conhecimento e o sistema internacional. Seguindo este caminho, chegaremos a comparar, ou estabelecer alguma ligação entre os efeitos que o trabalho transformado particularmente pelas inovações tecnológicas difundidas nas últimas décadas do século vinte provoca sobre a produção dos múltiplos recursos de poder, em cada um dos espaços analíticos em questão. Em resumo, comparamos aspectos ontológicos da sociedade do conhecimento e do sistema internacional, aspectos do pensamento econômico ou do conceito de valor e da aplicação da estrutura analítica formada pelo elo entre trabalho e valor em cada um desses ambientes, e as várias naturezas de poder e possíveis combinações produzidas pelo trabalho imaterial também nos dois ambientes.

Do ponto de vista estrito da economia política, de acordo com a noção de List acima mencionada, ou usando as ferramentas analíticas fornecidas pelas várias matrizes teóricas da Economia Política Internacional como campo de estudo autônomo, a transformação dos processos de trabalho produz efeitos no sistema internacional, seja no âmbito institucional ou na sua própria estrutura. A fim de ampliar a perspectiva de análise dos inúmeros problemas suscitados pela transformação do trabalho, em última instância esta tese busca caminhos que possam apontar alternativas ao pensamento único que os cerca. É como se fosse definitiva e indiscutível a existência de uma nova sociedade em substituição ao sistema internacional como espaço de exercício da política internacional e com as outras várias funções que assume na teoria de Relações Internacionais em geral, ou em consagração do sucesso da agenda neoliberal que depois de formatar o Estado neoliberal desenha o sistema internacional neoliberal, globalizado, em paz e harmonia com o conjunto de Estados passivos. Nesse sistema internacional

ameaçado por uma globalização neoliberal sobreviveriam apenas as forças e os recursos instrumentalizados pela classe dominante, representante dos grandes negócios e conglomerados financeiros globais, em defesa da manutenção do ambiente desregulado e da expansão global do mercado livre, sendo certo que o regime de proteção à propriedade intelectual é uma de suas ferramentas. Vale à pena, portanto, identificar e colocar luz nas visões alternativas que demonstram que a inevitabilidade e a certeza de uma mudança dessa natureza são questionáveis, ou melhor, não pode ser comprovada, na medida em que se pode observar claramente uma tendência à resistência exercida de várias partes e por caminhos diferentes.

De um ponto de vista mais amplo, as transformações analisadas produzem seus efeitos sobre as características e a organização da sociedade, ou para a humanidade inteira observada por um olhar cosmopolítico, para os questionamentos que surgem a respeito das relações sociais e ainda, sobre as teorias a respeito da produção e distribuição de riqueza em ambiente determinado pelas novas tecnologias e que gira em torno do conhecimento. Interessam especialmente os efeitos que refletem um processo detonado pela tecnologia de desmaterialização do tempo, do espaço, da atividade produtiva, da atividade humana em sentido amplo, das relações sociais, bem como dos conceitos e categorias gerais usadas para fazer este tipo de análise. Em resumo, reunindo os vários aspectos do tema em discussão sintetizados acima interessa colocar luz sobre os dois grandes problemas levantados pelo trabalho imaterial. Quando relacionamos o trabalho imaterial ao conhecimento – entendido o termo de forma ampla e sem definição específica, pelas razões que serão devidamente analisadas oportunamente – os questionamentos se concentram no dilema decorrente da sua imaterialidade, um dilema econômico que assim se resume: o produto em questão, fruto do trabalho imaterial, para o qual existe uma demanda infinita, tem alto custo de produção, mais especificamente de produção da matriz intangível que tem característica de mercadoria, porém custo baixo ou inexistente de reprodução, em função das tecnologias de reprodução instantânea e infinita desses bens intangíveis. Por outro lado, quando o produto do trabalho imaterial é entendido como um saber que pertence ao domínio público, transmitido através da educação e outras formas de trabalho imaterial realizadas por meio de contato social, quando se traduz no aperfeiçoamento pessoal ou na dedicação ao trabalho

voluntário, à criação de redes de comunicação em defesa da realização de princípios alternativos àqueles que vêm se apresentando como incontornáveis e inevitáveis, representa outro tipo de problema para a lógica e a teoria que vem prevalecendo em razão da incomensurabilidade do seu valor ou a insuficiência do conceito de valor para lidar com produtos como esses mencionados que não são economicamente apreciáveis. Esses dois efeitos não foram enfrentados até o presente momento como formas de resistência a um estado de coisas que se apresenta desequilibrado e por isso suscetível a crises cujas conseqüências ainda não podem ser previstas.

Ao colocar luz nos problemas acima enunciados demonstra-se a ineficácia das normas e regras, tais como aquelas que integram o regime de proteção à propriedade intelectual e de comércio internacional que visam disciplinar e controlar o acesso e o consumo do trabalho imaterial, ou, pelo menos, se evidencia o fracasso relativamente à produção do efeito desejado, ou apregoado, de liberação e expansão do mercado para a melhoria e a felicidade da humanidade inteira, especialmente porque as normas e regras positivas dos acordos multilaterais de comércio mundial não conseguem garantir o controle integral do trabalho imaterial como acontecia com as formas tradicionais de controle e disciplinamento do trabalho e nem resolvem o dilema gerado pela imaterialidade do bem resumido em alto custo de produção e custo baixo ou inexistente de reprodução. Além da nova feição do paradoxo capitalista, que aqui se apresenta como o dilema do capitalismo cognitivo, os aspectos do trabalho imaterial incomensuráveis, ou não apreciáveis economicamente se apresentam como uma questão fundamental, cujas conclusões têm força crítica e apontam alternativas à visão prevalecente sobre a inevitabilidade da ampliação do livre mercado e do comércio internacional conforme idealizado pelos atores que detém, até o momento, os recursos de poder para determinar as regras do seu funcionamento e que se favorecem com as vantagens resultantes da adoção dessas regras. Em outras palavras, os problemas acima mencionados provocam questionamentos cujas respostas poderão colocar em dúvida o conjunto de ferramentas institucionais que vem sendo utilizadas na implementação da agenda neoliberal⁵ e

⁵ Sobre agenda neoliberal, ou, resumidamente, sobre a tendência crescente à comodificação e à privatização que acompanha a revolução tecnológica das duas últimas décadas do século vinte

para produção de recursos de poder controlados pelo mundo dos negócios em geral e pelo capital resultante de um modo de acumulação flexível descolada e livre do trabalho.

Os objetivos, as justificativas e pressupostos discutidos até este ponto indicam a conveniência de se abordar cada um deles separadamente, cada qual com sua perspectiva teórica e metodologia. Em seguida, as conclusões que decorrem de cada uma das questões específicas precisam ser articuladas a fim de elaborar não só uma resposta à pergunta de partida, como tratar dos desdobramentos de tal pergunta, trazendo, assim, uma contribuição original para as discussões a respeito da transformação dos processos de trabalho como fonte geradora, ao mesmo tempo em que é resultado, da revolução tecnológica do final do século vinte e de uma profunda transformação social, bem como para a compreensão e crítica do regime da propriedade intelectual como um espaço de mediação onde atuam recursos de poder e cujos princípios normas e regras visam à realização de certos propósitos específicos e a promoção, em sentido amplo, de um sistema de economia política que se organiza em função da expansão global do capitalismo liberal de mercado.

O plano de trabalho a ser desenvolvido a seguir com vistas à realização dos fins estabelecidos se divide em quatro capítulos cujos temas são: trabalho, valor, propriedade intelectual e poder. O primeiro capítulo é dedicado à análise dos processos de trabalho e da natureza da sua transformação. Aborda inicialmente a relação entre os elementos essenciais do processo de trabalho – sujeito, objeto e instrumentos e meios que reúnem um ao outro – e suas combinações variáveis no tempo e no espaço, a fim de demonstrar a transformação do conteúdo, das finalidades, da organização e conseqüentemente das relações de trabalho e do próprio conceito de trabalho. Dessa discussão conclui-se que a transformação do trabalho produz uma mudança social significativa nas próprias características da sociedade, abrindo espaço para o

apoiada pelo poder de classe do capital financeiro, ou capital acumulado por meio da produção imaterial, divorciado do trabalho material e do conflito essencial capital/trabalho, ver David Harvey, *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford, 2005. O tema da agenda neoliberal, a sua tendência aqui apontada, será discutido e retomado em diferentes pontos desta tese, a partir da explicação de Harvey sobre a agenda neoliberal e as estratégias para reforçar o “class power” do capital concentrado nas mãos de um número reduzido de indivíduos/corporações às custas da desapropriação coletiva e conseqüente empobrecimento e massificação da miséria.

debate acerca do surgimento de uma novidade: a sociedade do conhecimento. Esse debate é construído a partir de pontos de vista divergentes entre aqueles que alegam haver de fato uma mudança radical que resulta em uma nova ontologia social de um lado, e outros que afirmam não existir novidades na estrutura de distribuição de resultados da atividade produtiva o que por si só caracteriza a manutenção da relação estrutural entre capital e trabalho, sendo desnecessário, portanto, fazer teoria para explicar a mudança, e inconveniente o uso de termos como revolução tecnológica e sociedade do conhecimento ou da informação.

Por fim, a transformação do trabalho e a constituição de uma nova sociedade, levam ao desenvolvimento do conceito de trabalho imaterial e a considerações acerca da tendência a se tornar predominante em ambiente de uso intensivo de conhecimento decorrente de, e ao mesmo tempo responsável por novas tecnologias. Para isso, discute-se o conceito de trabalho imaterial que vem sendo debatido por diversos autores, a fim de chegar a uma síntese capaz de contribuir com o desenvolvimento do plano de trabalho desenhado a partir da pergunta elaborada para servir de guia e mais todas as questões acima abordadas. O ponto de partida é conceito de trabalho imaterial discutido por Negri e Hardt em um de seus livros. No entanto, vale esclarecer que não se aprofunda a discussão sobre o conceito desses autores especificamente. Vale mencionar a discussão mais ampla que se desenvolveu em torno do tema e os conceitos que a partir de então vem sendo elaborados e passam a povoar o debate sobre transformações sociais, tais como as idéias sobre a sociedade do conhecimento e o capitalismo cognitivo. Porém, relativamente ao conceito de Negri e Hardt há simplesmente a apropriação a partir de uma interpretação adequada à discussão a qual se quer dar andamento. O processo de apropriação do conceito é livre de crítica, o que não significa dizer que a discussão em questão vise a sua defesa. Ao se apropriar de um conceito, a partir da interpretação dada por quem assim atua, pretende-se criar referências para a discussão em busca de responder à questão principal que gira em torno da transformação dos processos de trabalho e suas conseqüências na vida da sociedade e na economia política internacional.

O segundo capítulo trata da teoria do valor e o impacto que as transformações analisadas produzem sobre suas várias versões. Há uma discussão preliminar que diz respeito à dificuldade analítica e metodológica decorrente do confronto entre a transformação dos processos de trabalho, uma questão material,

com uma teoria que se baseia em um conceito usado na representação da realidade econômica de cada tempo e lugar e, assim, tem sua própria história construída a partir dos questionamentos acerca do próprio conceito. Uma vez superada essa questão, passamos à história que ilustra os questionamentos a respeito da atividade produtiva cuja finalidade última é a criação de valor e, dessa forma, fornece a teoria que explica essa relação entre trabalho e valor. A explicação pode ter várias finalidades, por isso, se baseia em um conceito que não é fixo, resultando, portanto, em diferentes versões da teoria que caracterizam as diversas matrizes teóricas do pensamento econômico e da Economia Política Internacional como campo de estudo autônomo. Daí decorre que as várias versões da teoria, do conceito, bem como os princípios fundadores das principais matrizes teóricas são abordadas a partir de uma literatura que compreende um longo período da história do pensamento econômico. Nossa intenção, entre todas as outras já expostas, é também, fornecer um panorama geral da literatura cujo tema principal é o nexo que liga trabalho e valor, considerando as várias versões dos respectivos conceitos. Por fim, ainda no segundo capítulo procura-se um diálogo entre o conceito de trabalho imaterial desenvolvido no primeiro e uma teoria do valor adequada a um novo ambiente ou cenário desenhado pelas transformações da atividade produtiva, especialmente pelo uso intensivo do conhecimento em toda a atividade humana, que caracterizam uma nova forma de acumulação capitalista.

O terceiro capítulo será dedicado à propriedade intelectual. Nele buscamos construir uma história do processo através do qual a atividade intelectual passou a ser objeto de direito de propriedade, até vir a integrar o corpo de normas e regras positivas do sistema internacional. Porém, não se trata de recontar a história já conhecida⁶, escrita tanto do ponto de vista do Direito Internacional, como da política e das disputas de poder envolvidas na produção e acesso ao resultado da atividade intelectual ou ao conhecimento. Interessa mais, para os propósitos acima definidos, uma história contada da perspectiva da criação intelectual, ou melhor, do ponto de vista do criador, ao invés daquela que se baseia no interesse econômico em torno do seu resultado. Por este caminho pretende-se chegar aos aspectos em que o regime se mostra ineficiente, evidenciando que sua existência e

⁶ A história da formação do regime internacional da propriedade intelectual foi o objeto da minha dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, publicada em livro com o título *Poder e Conhecimento na Economia Global*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

manutenção decorrem do uso de recursos de poder e que não é amplamente aceito como uma ferramenta de estímulo à criatividade e essencial para o intercâmbio entre as nações visando o desenvolvimento e progresso. Assim, discute-se o processo através do qual no final do século vinte a propriedade intelectual passou a ser tratada como um dos elementos centrais para a ampliação do livre comércio e a realização da agenda neoliberal até ser inserido no sistema organizador do comércio internacional com o surgimento da OMC. Ao reunir alguns pontos destacados no debate acerca da transformação da atividade produtiva relacionada ao uso intensivo do conhecimento, com o processo de criação do novo regime, ainda mais sofisticado e robusto por permitir a privatização de todo resultado da atividade intelectual, torna-se inevitável enfrentar os problemas presentes nesse novo quadro apresentados na forma de dilemas e contradições características de uma nova configuração do modo de acumulação capitalista, mais flexível, reveladora de uma tendência irresistível de transformar tudo em capital, dando fim, ou pelo menos, desvalorizando cada vez mais a participação do trabalho na produção de riqueza. Nesse sentido, a disputa entre de um lado o interesse individual de privatização e de outro o interesse coletivo de acesso e, por isso, gerador de revolta contra o processo de privatização de todo saber, se apresenta como uma ferramenta capaz de abrir os caminhos alternativos apontando a possibilidade de elaboração de novas explicações e visões que resistam à compreensão hegemônica de que a privatização do saber é o único meio viável de manutenção do avanço tecnológico constante e gerador de bem estar e melhores condições de vida para a humanidade.

Por fim, em razão de todas as questões suscitadas pelo debate alimentado em cada um dos capítulos anteriores, o quarto e último fica reservado para o estudo do poder, mais precisamente as transformações do conceito de poder, de suas fontes, recursos e meios de exercício, em ambiente de uso intensivo de conhecimento no qual se observa um processo de desmaterialização das forças sociais materiais. Tal processo deixa claro que a radical transformação das relações de produção, bem como dos meios de comunicação, de acumulação de informação e desenvolvimento de conhecimento provocam uma crise significativa para o conceito do poder, ensejando o debate acerca da sua concepção, bem como das formas de criação, manutenção e exercício de forças que alguns têm e pretendem usar a fim de restringir a liberdade daqueles que não as tem de decidir

seu próprio futuro, organizar seu próprio sistema econômico e político. Ao mesmo tempo, a transformação dos processos de trabalho, que atua sobre o conteúdo, a forma de organização e as finalidades da atividade humana, altera as formas tradicionais de disputa entre capital e trabalho, assim como viabiliza a abertura de novos canais de comunicação através dos quais indivíduos compartilham idéias e assim interferem uns na vida dos outros, não de forma restritiva, ao contrário, de forma construtiva, ensejando assim a discussão sobre novas naturezas de poder não observadas ou irrelevantes até se formar a dinâmica de mudanças colocadas aqui em pauta.

Em vista da complexidade e alcance do problema apresentado, e levando em conta que muitos dos seus elementos não podem ser comprovados empiricamente por se tratarem ainda de impressões a respeito de uma dinâmica em mutação que aponta novidades, sobretudo no aspecto analítico, desde já reconhecemos a dificuldade de realização do plano acima detalhado e prevemos chegar ao fim com mais perguntas e dúvidas do que são sugeridas agora. Não há expectativa de apontar desdobramentos futuros relativamente às questões suscitadas e provavelmente o desfecho não será conclusivo, mas apenas sugestivo em termos de novas perspectivas de análise da grande quantidade de mudanças relevantes e instigantes observadas desde as últimas décadas do século vinte.